



Jorge Gustavo S. de M. Costa
Caroline Stéphanie F. dos S. Maciel

Reinterpretando a Lei de Lavagem de Dinheiro

*sob a ótica da jurisprudência
do Supremo Tribunal Federal*

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

SUPLENTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
N.º	DATA
1194612	02/09/2021

Copyright © 2021 by Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Patricia Castillo

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

343.72 (81)

C837r

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

C837r

Costa, Jorge Gustavo Serra de Macêdo

Reinterpretando a lei de lavagem de dinheiro : sob a ótica da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal / Jorge Gustavo Serra de Macêdo Costa, Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021. 104 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 81-92.

ISBN 978-65-5510-541-4

1. Supremo Tribunal Federal (STF). 2. Jurisprudência. 3. Direito processual penal. 4. Lavagem de dinheiro. 5. Direito penal. 6. Crime de lavagem de dinheiro. 7. Brasil. [Lei n. 9.613, de 03 de março de 1998]. I. Maciel, Caroline Stéphanie Francis dos Santos. II. Título.

CDD 345

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1194612

Prefácio

A comunidade jurídica brasileira recebe, em boa hora, importante contribuição dada pela obra *REINTERPRETANDO A LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO – sob a ótica do Supremo Tribunal Federal*, fruto do talento e do trabalho metuculoso de pesquisa de dois experientes profissionais que atuam no âmbito do Direito Penal: Jorge Gustavo Serra de Macedo Costa, Juiz Federal titular da 11ª Vara Federal da Seção de Minas Gerais, especializada no julgamento de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, de lavagem de dinheiro e organizações criminosas, especialista também em inteligência financeira; e Caroline Stéphanie Francis dos Santos Maciel, mestra em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais, advogada e pesquisadora no Observatório para a Qualidade da Lei, na Dado Capital e na Rede de Advocacy Colaborativo (RAC).

Em momento crucial para o país, recém-instaurada pela Câmara dos Deputados comissão de juristas responsáveis por propor mudanças na Lei de Lavagem de Dinheiro, os autores adiantam-se e reinterpretem a Lei n. 9.613/1998, seja no plano material (tipificação do crime de lavagem de dinheiro), seja sob o aspecto processual (procedimento, medidas assecuratórias e cautelares), segundo a orientação traçada pelos precedentes consolidados e atualizados do Supremo Tribunal Federal. Desincumbem-se brilhantemente de missão nada fácil ao dispor sobre matéria de alta indagação, identificando lacunas de interpretação com a evidente proposta de dar à lei seu verdadeiro espírito.

A obra, portanto, traz luz para a solução das questões mais complexas relativas ao crime de branqueamento de capitais, na medida em que, por meio de análise criteriosa de arestos recentes

do Supremo Tribunal Federal, sistematiza o entendimento jurisprudencial até aqui construído sobre a matéria. Não negligencia o diálogo também com a melhor doutrina para subsidiar a construção de olhar abrangente sobre o assunto.

Merecem destaque o aprimoramento terminológico e a clareza na transmissão do pensamento jurídico, qualidades observadas pelos autores que conferem ao texto leitura agradável e proveitosa.

Sinto-me honrado, particularmente hoje como juiz penal em atuação no Superior Tribunal de Justiça, em ser o primeiro leitor da obra e em prefaciá-la. Certamente este trabalho provocará novas discussões sobre a Lei de Lavagem de Dinheiro, considerado o universo de sua aplicação e implicações.

De parabéns a editora Lumen Juris pela publicação de obra que, em virtude da proposta de atualização de conhecimentos e de (re)construção de entendimentos, repercutirá, com aprovação, na comunidade jurídica atuante na área do Direito Penal.

João Otávio de Noronha
Ministro do Superior Tribunal de Justiça